



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Secretaria Municipal de Saúde

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – TRADICIONAL
SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA (Art. 6º, XXI, “a”)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024**

**EXCLUSIVA PARA ME E EPP COM SEDE NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC
(Lei Complementar Municipal nº 131/2017)**

1) PRÊAMBULO	2
2) OBJETO.....	2
3) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3
4) IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	3
5) VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	3
6) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018).....	4
7) APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	6
8) PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS/COOPERATIVAS	6
9) CREDENCIAMENTO.....	8
10) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO	8
11) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP.....	9
12) FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO	9
13) DA PROPOSTA	10
14) HABILITAÇÃO	12
15) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO	14
16) ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	16
17) CONTRATO ADMINISTRATIVO	16
18) RECEBIMENTO DO OBJETO.....	21
19) PAGAMENTO DO OBJETO	22
20) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	23
21) DISPOSIÇÕES FINAIS.....	26
ANEXO I –ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	28
ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA.....	35
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.....	39
ANEXO IV – DECLARAÇÃO LC 123/2006.....	41
ANEXO V – PROPOSTA.....	42
ANEXO VI – TENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	43
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS	44
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO UNIFICADA	45
ANEXO VI – CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	46

1) PRÉAMBULO

1.1. O Fundo Municipal de Saude de Quilombo, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 13.886.006/0001-50, com sede à Rua Joaçaba, 95, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000 00 no uso de suas atribuições legais, leva ao conhecimento dos interessados a realização do Processo Licitatório n. **03/2024**, Pregão Presencial nº **01/2024** de conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 131/2017 e Legislação Municipal e demais disposições legais:

- Modalidade: **Pregão Presencial (Art. 6º, XLI)**
- Critério de Julgamento: **Menor preço/ GLOBAL (art. 6º, XLI e art. 82, V)**
- Modo de Disputa: **Aberto**
- Regime de Execução Indireta: **Empreitada por preço global (art. 46, II c/c art. 6º, XXIX)**
- Forma: **Presencial (art. 17, § 2º c/c art. 176, II da Lei nº 14.133/2021)**
- Entrega dos envelopes n. 01 (proposta) e n. 02 (documentos habilitação): **06/05/2024 às 09h00min**
- Sessão Pública: **06/05/2024 às 09h10min** no Centro Administrativo Municipal – Rua Duque de Caxias, 165

Condução do processo licitatório:

Agente de Contratação e Equipe de Apoio (art. 8º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no decreto municipal 130/2024 de 05/02/2024.

2) OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE - SEDE E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, CONFORME PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL ANEXO.

2.1.1. O certame destina-se exclusivamente para **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE COM SEDE NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO**, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal nº 131/2017.

2.2 O objeto está fundamentado conforme art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021, no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 34/2024 (**ANEXO I**) e Termo de Referência – TR nº 22/2024 (**ANEXO I**).

2.3 Valor do objeto: **R\$ 53.641,80 (Cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).**

2.4 SUBCONTRATAÇÃO: fica VEDADA a subcontratação do objeto pelo contratado.

3) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1) As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Projeto Atividade	Descrição do Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Código de Despesa Reduzido	Condição de Pagamento/Parcela	Valor Total do Contrato
2.070	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DA SAÚDE/FMS	44.90.51.07	68/2755	Parcela Única	R\$ 53.641,80

4) IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1) Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

4.2) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021).

4.3) Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

5) VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1) São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada,

inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

2) O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos **(ANEXO II)**.

6) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

6.1) Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2) O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3) O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para

propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4) O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

6.5) É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6) O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6.7) As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8) O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10) As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11) Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12) Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13) A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail juridico3@quilombo.sc.gov.br.

7) APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1) Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- II -** No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2) Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

- I -** Sociedade empresária;
- II -** Sociedade simples;
- III -** Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- IV -** Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:
 - a)** Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;
 - b)** Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

7.3) Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam:

- I -** Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006;
- II -** Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

7.4) Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (ANEXO V) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

7.5) Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

8) PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS/COOPERATIVAS

8.1) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

8.2) A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

8.3) Não há limite máximo para o número de empresas consorciadas.

8.4) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

8.5) Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.6) A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

8.7) Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da

cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.8) Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

9) CREDENCIAMENTO

9.1 Previamente à abertura da sessão de habilitação e julgamento, o representante do licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro e Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante desta licitação, munido de **todos** os documentos abaixo relacionados, **fora dos envelopes**:

a) **Cópia do documento oficial de identificação com foto (por exemplo RG, CNH, CTPS) para representar a empresa licitante;**

b) **Apresentação de procuração ou termo de credenciamento – o documento não é obrigatório se o credenciado é sócio administrador;**

c) **Cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante.**

9.1.1. Os referidos documentos deverão ser entregues ao Agente de contratação e Equipe de Apoio, os quais serão arquivados no processo licitatório.

9.1.2. Recomenda-se que também seja apresentada a Ficha de Apresentação.

6.1. Cada representante poderá representar um único licitante.

6.2. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

6.3. No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, para que possa gozar dos benefícios previstos nos arts.42 a 45 da referida Lei:

a) Declaração emitida pela empresa, assinada pelo contador responsável e pelo representante legal da mesma, **ou** Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n. 103/2007 (data não superior a 90 (noventa) dias da sessão).

10) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1) Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da

qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

11.1. Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU):

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.2. A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

11.3) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

11.4. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal¹.

12) FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

12.1) Para este certame, a fase de **PROPOSTA** será anterior à fase de **HABILITAÇÃO**.

12.2.) A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II)

¹ Contratação inidônea

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Contratação inidônea

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

² Violação de sigilo em licitação

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

13) DA PROPOSTA

13.1) CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO/GLOBAL

13.1.1. Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

- I** - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;
- II** - Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;
- III** - Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);
- IV** - Encaminhar proposta na data e local indicados no preâmbulo;
- V** - A proposta deverá ter validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.
- VI** - Oferecer proposta para **TODOS OS ITENS** descritos na planilha orçamentária.

13.1.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal².

13.1.3. Aberta a etapa de lances:

- I** - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, **decrecentes**, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários (iguais ou superiores ao menor já ofertado) quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;
- II** - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- III** - Durante o envio de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;
- IV** - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa.

13.2) JULGAMENTO DE PROPOSTA

13.2.1) Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Contiverem vícios insanáveis;
- II** - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III** - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV** - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V** - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI** - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a

integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

13.2.2) A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

13.3) EXEQUIBILIDADE:

13.3.1) O Município podrá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

13.3.2) OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

I - No caso de a proposta vencedora for inferior a **85%** do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021);

II - Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

13.4) EMPATE:

13.4.1) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021):

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

13.5) DIREITO DE PREFERÊNCIA:

13.5.1) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

13.5.2) Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e se houver proposta igual ou

até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se procederá da seguinte forma:

- I** - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
- II** - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III** - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.6) NEGOCIAÇÃO:

13.6.1) Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021).

13.6.2) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

13.6.3) A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

13.6.4) Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14) HABILITAÇÃO

14.1. Encerrado o julgamento das propostas, serão abertos os Envelopes N. 02 – “HABILITAÇÃO” para análise da Pregoeira e E e os representantes das empresas participantes, sendo consideradas HABILITADAS as empresas que apresentaram a documentação determinada expressamente na Lei Federal n. 14.133/2021, devendo cada documento estar válido/vigente (art. 63, II da Lei nº 14.133/2021):

14.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II** - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.3. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006:

I - Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43);

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º);-

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação(art. 43, § 2º).

14.5. Documentos a serem apresentados (art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021), dentro do envelope 02 (Habilitação):

14.5.1) PESSOA JURÍDICA

a - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei – ANEXO VII (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021). (ANEXO VIII).

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

- a)** Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:
 - i)** Cédula de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (**dos sócios administradores, em especial do sócio responsável por assinar pelo licitante**);
 - ii)** Estatuto ou contrato social;
 - iii)** Ato constitutivo;
 - iv)** Registro comercial;
 - v)** Comprovação de existência jurídica da pessoa – Cartão CNPJ com atividades pertinentes a execução do objeto. (art. 66, caput);

II - HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

a) Declaração de que (i) teve acesso à íntegra do edital e todos os seus anexos, (ii) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, (iii) possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação), (inclusa no ANEXO IX – DECLARAÇÃO UNIFICADA);

b) DECLARAÇÃO de visita ao local dos serviços ou AUTODECLARAÇÃO de pleno conhecimento do objeto, condições locais e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

III - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (art. 68, I);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);
- f) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI).

IV - HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

i. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

14.5.2 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14.5.3. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

15) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

15.1) Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Julgamento das propostas;
- II -** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III -** Anulação ou revogação da licitação;
- IV -** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

15.2) Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I -** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da

ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

15.3) O recurso para os casos indicados no item 1:

I - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021);

II - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

III - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte);

IV - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte);

V - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

15.4) Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

15.5) Quando aplicada sanção prevista no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - Cabe recurso (art. 166 da Lei nº 14.133/2021):

a) Sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei;

b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II - Cabe pedido de reconsideração (art. 167 da Lei nº 14.133/2021):

a) Sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 desta Lei;

b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6) Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021);

II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

III - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16) ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1) Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I -** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II -** Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III -** Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV -** Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

16.2) Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

16.3) O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.4) Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.5) A anulação do processo de contratação induz à do contrato.

17) CONTRATO ADMINISTRATIVO

17.1) REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

17.1.1) O contrato administrativo observará, entre outras, as seguintes condições:

- I -** Regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, caput da Lei nº 14.133/2021);
- II -** O Município convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 000 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, caput da Lei nº 14.133/2021);
 - a)** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021);
 - b)** Poderá o Município, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

- c) Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar as condições anteriores, o Município, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021):
- i) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - ii) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;
- e) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º da Lei nº 14.133/2021), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021);
- f) É possível que o Município convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

III - Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, caput da Lei nº 14.133/2021);

- a) **Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo** (art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021);
- b) A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>;
- c) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*);

IV - Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

- a) O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021, sempre observando o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos);
- b) O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPC/IBGE com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021);

c) Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

V - O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021);

VI - Obrigações do CONTRATADO:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- b) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- c) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no edital;
- e) As obrigações não descritas no edital, se encontram no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo ao edital.

VII - Obrigações do CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar permanentemente o objeto contratado;
- b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- c) Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;
- d) Zelar pela boa qualidade do objeto;
- e) Incentivar a competitividade;
- f) As obrigações não descritas no edital, se encontram no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo ao edital.

VIII - EXTINÇÃO CONTRATUAL: Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - i) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - ii) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - i) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

- ii) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
 - i) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - ii) Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

IX - O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

X - A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

XI - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no processo (art. 138, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

XII - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a (art. 138, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

XIII - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - i) A aplicação dessa medida ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta (art. 139, § 1º da Lei nº 14.133/2021).
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade, devendo o ato ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
 - i) A aplicação dessa medida ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta (art. 139, § 1º da Lei nº 14.133/2021).
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

XIV - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

3) GESTÃO DO CONTRATO

3.1. A gestão do contrato assim como a conferência do recebimento dos serviços realizados será pelo gestor atual o Secretário Solicitante, Sr. Nédio Luiz Conci, Secretário de Saúde.

4) FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Adriano João Boaretto para a Unidade de Saúde Sede e pelo servidor Valdecir Lorenzi Dal Pont para a Policlínica Municipal. O recebimento do objeto será realizado após a aprovação dos gestores e fiscais.

18) RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Os serviços deverão ser entregues obedecendo rigorosamente a descrição do edital. Sendo que o prazo de entrega será de 30 dias a contar da assinatura do contrato dias e ordem de serviço.

18.1.1) O objeto será recebido (art. 140, I da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- II -** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18.1.2) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4) Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal 001/2024 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

18.1.5) Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

Conforme Art. 37 do decreto municipal 001/2024, os prazos para recebimento provisório e definitivo serão:

II - Obras e Serviços de Engenharia: o recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, caso o contratado tenha cumprido eventuais apontamentos no recebimento provisório, ou no novo prazo se o fiscal/responsável pelo recebimento estabelecer para o cumprimento total dos apontamentos realizados no recebimento provisório bem como, por novos apontamentos que por ventura possam surgir até o recebimento definitivo.

18.1.6) Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.7) O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

19) PAGAMENTO DO OBJETO

19.1. O pagamento será efetuado através de depósito na conta do fornecedor, sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, conforme medição realizada pelo Setor de Engenharia do Município (a solicitação de medição deve ser protocolada na Prefeitura ou via e-mail oficial, tendo a fiscalização prazo máximo de até 30 dias, a partir da solicitação protocolada, para elaborar boletim de medição constatando os serviços realizados), bem como mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do material e mão de obra, devidamente recebida e aceita pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO.

a) Nota fiscal eletrônica, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011, devidamente recebida e aceita pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO;

b) Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista, válidas no momento do pagamento.

19.1.1. A nota fiscal/fatura será emitida pelo CONTRATADO constando as seguintes informações:

- **Processo Licitatório n. 3/2024 – Pregão Presencial n.01/2024.**
- Dados bancários do CONTRATADO.

19.1.2. Sobre o valor pago ao ME/EPP, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza –ISSQN será retido da seguinte forma:

a) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;

b) Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/ 2017.

19.1.3. Sobre o valor pago ao CONTRATADO, a título de Imposto Renda, será feita a retenção conforme Decreto Municipal n. 302/2023.

19.2) No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.

19.3) A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

19.4) A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

19.5) O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

19.6) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

19.7) Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021).

19.8) A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

19.9) Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

19.10) No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art.63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

19.11) Nos seguintes regimes de execução, que são licitados por preço global, adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, § 9º da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Empreitada por preço global;
- II** - Empreitada integral;
- III** - Contratação por tarefa;
- IV** - Contratação integrada;
- V** - Contratação semi-integrada.

19.12) A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores (art. 46, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

20) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I** -Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** -Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** -Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** -Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** -Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

20.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -Advertência (art. 156, § 2º)

Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

II -Multa de 10%

Qualquer infração (art. 156, § 3º).

III -Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Quilombo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º)

II, III, IV, V, VI, VII - Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).

VIII, IX, X, XI, XII - Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I** -A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** -As peculiaridades do caso concreto;
- III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V** -A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I -Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a) -Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II -Incisos III e IV do item 1:

a) -Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) -O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) -Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) -Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) -A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) -A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) -Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) -Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) -Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

20.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

20.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

20.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

20.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

20.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

20.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

20.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de XXX, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II** - Pagamento da multa;
- III** - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV** - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V** - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

20.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21) DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1) É facultado ao pregoeiro ou ao Secretário Municipal de Saúde, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.2) Sobre a contagem dos prazos:

- I** - Sempre observará o art. 183 da Lei nº 14.133/2021;
- II** - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

21.3) Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I** Página do Município de Quilombo (www.quilombo.sc.gov.br);
- II** Diário Oficial dos Municípios – DOM;
- III** Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – IOESC (quando houver necessidade);
- IV** Diário Oficial da União – DOU (quando houver necessidade).

21.4) O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.5) São anexos deste edital:

- I -** Estudo Técnico Preliminar - ETP
- II -** Termo de Referência – TR
- III -** Declaração inexistência de impedimentos
- IV -** Declaração para LC 123/2006
- V -** Proposta + Declaração [art. 63, § 1º](#) + [art. 45](#)
- VI -** Declaração [art. 63, I](#) – atende os requisitos de habilitação
- VII -** Declaração [art. 63, IV](#) – PcD e reabilitado da Previdência Social
- VIII -** Declaração Unificada
- IX -** Contrato Administrativo

21.6) Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

21.7) As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca do Município de Quilombo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Quilombo, 18 de Abril de 2024.

NEDIO LUIZ CONCI
Secretário Municipal de Saude

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 34/2024

1 - DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES

A REALIZAÇÃO DESTE PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PINTURA SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE URGENTE DE MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E DA POLICLÍNICA. A FALTA DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NA PREFEITURA REFORÇA A IMPORTÂNCIA DE BUSCAR EXPERTISE EXTERNA PARA GARANTIR RESULTADOS EFICIENTES E DURADOUROS, CONTRIBUINDO PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E O BEM-ESTAR DOS USUÁRIOS DESSES SERVIÇOS PÚBLICOS.

AS PINTURAS DOS EDIFÍCIOS DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E DA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC APRESENTAM SINAIS DE DESGASTE SIGNIFICATIVO DEVIDO À EXPOSIÇÃO CONTÍNUA AO CLIMA E AO USO FREQUENTE. OBSERVA-SE DESCAMAÇÃO, MANCHAS, E PERDA DE COR, AFETANDO A ESTÉTICA E A PROTEÇÃO DAS ESTRUTURAS.

A PREFEITURA CARECE DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR A PINTURA E MANUTENÇÃO ADEQUADA DESSES EDIFÍCIOS. A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA REQUER CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS E O USO DE MATERIAIS ADEQUADOS PARA GARANTIR DURABILIDADE E QUALIDADE NOS RESULTADOS.

A OPÇÃO PELO PREGÃO SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE GARANTIR A COMPETITIVIDADE E OBTER A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O PREGÃO POSSIBILITA A CONTRATAÇÃO ÁGIL E EFICIENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, ASSEGURANDO TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO E ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS.

A MANUTENÇÃO REGULAR DAS PINTURAS É CRUCIAL PARA PRESERVAR A INTEGRIDADE DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS. ALÉM DE MELHORAR A APARÊNCIA ESTÉTICA, A PINTURA ADEQUADA PROTEGE AS ESTRUTURAS CONTRA DANOS CAUSADOS PELA EXPOSIÇÃO AO TEMPO, CONTRIBUINDO PARA A DURABILIDADE E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

AO CONTRATAR UMA EMPRESA ESPECIALIZADA POR MEIO DE PREGÃO, ESPERA-SE OBTER SERVIÇOS DE ALTA QUALIDADE, COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ADEQUADOS. ISSO RESULTARÁ EM PINTURAS DURADOURAS E DE QUALIDADE SUPERIOR, REDUZINDO A NECESSIDADE DE INTERVENÇÕES FREQUENTES E CUSTOS ADICIONAIS NO FUTURO.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL DO MUNICÍPIO AINDA NÃO FOI TOTALMENTE FINALIZADO.

3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

PARA FAZER A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA NOS LOCAIS MENCIONADOS, DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTEs REQUISITOS MÍNIMOS:

A EMPRESA INTERESSADA DEVE APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, OU SEJA, ESTAR EM DIA COM O PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

ALÉM DISSO, É NECESSÁRIO COMPROVAR A REGULARIDADE TRABALHISTA, DEMONSTRANDO ESTAR EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS.

A EMPRESA DEVE DEMONSTRAR TER CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA REALIZAR OS SERVIÇOS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE QUALIDADE E A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS ADEQUADAS DE PINTURA.

A EMPRESA DEVE OFERECER GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS, ASSEGURANDO QUE ESTARÁ DISPONÍVEL PARA REALIZAR EVENTUAIS CORREÇÕES OU REPAROS NECESSÁRIOS DURANTE O PERÍODO ESTIPULADO NO CONTRATO.

A EMPRESA DEVE COMPROVAR TER CAPACIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS PROPOSTOS, GARANTINDO ASSIM A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DOS TRABALHOS.

A EMPRESA DEVE GARANTIR QUE OS MATERIAIS UTILIZADOS E OS SERVIÇOS PRESTADOS ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS IGUAIS OU EQUIVALENTES AS ESTABELECIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO E ESTAR EM ACORDO COM AS NORMAS NBR 13245/2011, 15079/2011 E 15575/2013.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS É DE: R\$ 53.641,80 (CINQUENTA E TRÊS MIL SEISCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO VINCULADA ÀS PLANILHAS ESTIMATIVAS UNITÁRIAS (SINAPI), CONTIDAS NOS ANEXOS.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

É DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO REALIZAR MANUTENÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS COM FINALIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA DO IMÓVEL BEM COMO CONSERVÁ-LO, CONTRIBUINDO PARA A CONSERVAÇÃO DO BEM, TORNANDO O AMBIENTE MAIS AGRADÁVEL E MELHOR SINALIZADO, PROPORCIONANDO BEM-ESTAR ÀS PESSOAS QUE ALI FREQUENTAM, TRABALHAM OU TRANSITAM.

A REFERIDA SOLICITAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE SERVIÇO DE PINTURA E QUANDO NECESSÁRIA APLICAÇÃO DE TEXTURA EM PAREDES EXTERNAS, DETALHES DE JANELAS E BEIRAIS. OS SERVIÇOS TERÃO A INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA CONTRATANTE.

O VALOR A SER PAGO PELO SERVIÇO DE PINTURA TEVE COMO REFERÊNCIA O SERVIÇO DE PINTURA CONTIDOS NA TABELA SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, APLICADOS OS DESCONTOS

OBTIDOS ATRAVÉS DE DISPUTA NA LICITAÇÃO. A QUANTIDADE A SER CONTRATADA ESTÁ REFERENCIADA NO PROJETO EXECUTIVO E TEVE COMO SUPERVISOR PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA O MESMO.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A ESTIMATIVA DE VALORES CONTRATADA PARA O SERVIÇO DE PINTURA NOS EDIFÍCIOS DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E DA POLICLÍNICA DE QUILOMBO/SC FOI OBTIDA POR MEIO DE UM LEVANTAMENTO IN LOCO REALIZADO PELOS ARQUITETOS MUNICIPAIS DO SETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. AS QUANTIDADES NECESSÁRIAS ESTÃO DESCRITAS DE FORMA DETALHADA NO PROJETO EXECUTIVO, O QUAL TAMBÉM INCLUI UM ORÇAMENTO DE OBRAS BASEADO NA TABELA REFERÊNCIA SINAPI. ALÉM DISSO, O PROJETO É ACOMPANHADO DE UM CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E UM MEMORIAL DESCRITIVO, QUE ESPECIFICAM AS ETAPAS DO TRABALHO, OS CUSTOS ENVOLVIDOS, OS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS E AS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO. ESSES DOCUMENTOS FORNECEM UMA BASE SÓLIDA PARA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA, GARANTINDO TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE NA REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PINTURA NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS.

7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE	UNIT	PREÇO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, CONFORME PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL ANEXO.	SERV	1	R\$ 53.641,80	R\$ 53.641,80
				TOTAL	R\$ 53.641,80

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE PINTURA NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E DA POLICLÍNICA DE QUILOMBO/SC SE BASEIA NO PRINCÍPIO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E OPERACIONAL. CONSIDERANDO A NATUREZA DO SERVIÇO E A NECESSIDADE DE GARANTIR A QUALIDADE E EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DA PINTURA, PARCELAR A CONTRATAÇÃO PODERIA COMPROMETER A INTEGRIDADE DO RESULTADO FINAL.

O SERVIÇO DE PINTURA DEMANDA UMA ABORDAGEM INTEGRADA E CONTÍNUA PARA ASSEGURAR UNIFORMIDADE, DURABILIDADE E EFICÁCIA DAS CAMADAS APLICADAS. ALÉM DISSO, O PARCELAMENTO PODERIA ACARRETER EM CUSTOS ADICIONAIS E COMPLEXIDADE NA GESTÃO DO CONTRATO, AFETANDO NEGATIVAMENTE O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E A QUALIDADE DO TRABALHO REALIZADO. PORTANTO, A OPÇÃO PELO NÃO PARCELAMENTO VISA GARANTIR A

EFETIVIDADE DA INTERVENÇÃO, MINIMIZANDO RISCOS E ASSEGURANDO A PLENA SATISFAÇÃO COM O RESULTADO FINAL DA OBRA.

TRATA-SE DE REGIME DE CONTRATAÇÃO INDIRETA, NA QUAL A ADMINISTRAÇÃO TRANSFERE A EXECUÇÃO DO OBJETO À TERCEIRA PESSOA (CONTRATADA), CABENDO À CONTRATANTE A FISCALIZAÇÃO PLENA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, TRANSFERINDO AO CONTRATADO A RESPONSABILIDADE DOS ENCARGOS CIVIS, TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS, BEM COMO DOS RISCOS DO EMPREENDIMENTO.

A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO GERA VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE OS EMPREGADOS DA CONTRATADA E A ADMINISTRAÇÃO, VEDANDO-SE QUALQUER RELAÇÃO ENTRE ESTES QUE CARACTERIZE PESSOALIDADE E SUBORDINAÇÃO DIRETA.

OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS ENQUADRAM-SE NOS PRESSUPOSTOS DO DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, NÃO SE CONSTITUINDO EM QUAISQUER DAS ATIVIDADES, PREVISTAS NO ART. 3º DO ALUDIDO, CUJA EXECUÇÃO INDIRETA É VEDADA.

A CONTRATAÇÃO ENQUADRA-SE EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, NÃO CONTINUADO MEDIANTE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, EM SUA FORMA ELETRÔNICA COM FULCRO NO ART. 1º, DA LEI 10.520, DE 2002, C/C ART. 3º, II DO DECRETO Nº 10.024/2019 PELAS SEGUINTE RAZÕES:

SERVIÇO COM GRANDE DISPONIBILIDADE NO MERCADO;

SERVIÇO SEM NECESSIDADE DE PECULIARIDADES TÉCNICAS PARA ATINGIR SEUS FINS; E,

POTENCIAL SIMILARIDADE DOS PRODUTOS ENTREGUES CASO FOSSEM CONTRATADOS COM EMPRESAS DIVERSAS.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

NÃO POSSUI CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES PARA A VIABILIDADE E CONTRATAÇÃO DESTA DEMANDA.

10 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL DO MUNICÍPIO AINDA SE ENCONTRA EM ELABORAÇÃO.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

OBTER UMA MELHORIA SIGNIFICATIVA NA ESTÉTICA E CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS, PROPORCIONANDO UMA IMAGEM MAIS AGRADÁVEL E PROFISSIONAL PARA OS USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS.

GARANTIR A PROTEÇÃO ADEQUADA DAS ESTRUTURAS CONTRA DANOS CAUSADOS POR INTEMPÉRIES, UMIDADE E DESGASTE, PROLONGANDO A VIDA ÚTIL DOS EDIFÍCIOS.

CONTRIBUIR PARA A CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE MAIS ACOLHEDOR, LIMPO E CONFORTÁVEL DENTRO DOS ESPAÇOS DE SAÚDE PÚBLICA, PROMOVENDO O BEM-ESTAR DOS USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS.

REALIZAR UMA INTERVENÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA QUE REDUZA A NECESSIDADE DE REPAROS MAIS COMPLEXOS E ONEROSOS NO FUTURO, ECONOMIZANDO RECURSOS PÚBLICOS A LONGO PRAZO.

ALCANÇAR OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS DENTRO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DEFINIDO, RESPEITANDO OS PRAZOS E ORÇAMENTO ESTIPULADOS PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA.

12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO A ADMINISTRAÇÃO TOMARÁ AS SEGUINTE PROVIDENCIAS PREVIAMENTE AO CONTRATO:

- DEFINIÇÃO DOS SERVIDORES QUE FARÃO PARTE DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO CONTRATUAL;
- CAPACITAÇÃO DOS FISCAIS/GESTORES A RESPEITO DO TEMA OBJETO DA CONTRATAÇÃO;
- A FISCALIZAÇÃO FARÁ ACOMPANHAMENTO RIGOROSO DAS AÇÕES PREVISTAS NOS PROJETOS APRESENTADOS PARA REALIZAÇÃO DAS ADEQUAÇÕES E MELHORIAS NO OBJETO A SER CONTRATADO.

A FISCALIZAÇÃO DEVERÁ PROVER OS DEVIDOS ACESSOS À CONTRATADA, DE MODO QUE A MESMA POSSA EXECUTAR SATISFATORIAMENTE OS SERVIÇOS, INCLUSIVE, DEFININDO HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS MESMOS, LOCAL DE ARMAZENAMENTO DE INSUMOS, FORMAS DE ACESSO DOS OPERÁRIOS ETC;

- A FISCALIZAÇÃO DEVERÁ PROIBIR A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS ESTRANHAS E VEÍCULOS PRÓXIMO A ANDAIMES, SENDO DEMARCADO/ISOLADO A ÁREA DE SEGURANÇA E ORIENTADO AO PÚBLICO TAL MEDIDA, PARA EVITAR QUALQUER TIPO DE ACIDENTE E/OU INCIDENTE.

DEMAIS PROVIDENCIAS CASO NECESSITEM A SEREM TOMADAS OU VENHAM A OCORRER PARA ESTA CONTRATAÇÃO O GESTOR DA SECRETARIA SOLICITANTE, SR. NEDIO CONCI, SERÁ ACIONADO.

E A FISCALIZAÇÃO O CONTRATO SERÁ REALIZADO PELO SERVIDOR ADRIANO BOARETTO E VALDECIR DAL PONT.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

OS IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS AO SERVIÇO DE PINTURA EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS PODEM INCLUIR:

- TINTAS CONVENCIONAIS CONTÊM VOCS QUE PODEM SER LIBERADOS DURANTE A APLICAÇÃO E SECAGEM, CONTRIBUINDO PARA A POLUIÇÃO DO AR E AFETANDO A QUALIDADE DO AR INTERIOR. ESSES COMPOSTOS PODEM REAGIR NA ATMOSFERA PARA FORMAR OZÔNIO TROPOSFÉRICO, UM POLUENTE PREJUDICIAL À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE.

- A PREPARAÇÃO DAS SUPERFÍCIES, LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS E DESCARTE DE RESTOS DE TINTAS E SOLVENTES PODEM GERAR RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS. SE NÃO FOREM GERENCIADOS ADEQUADAMENTE, ESSES RESÍDUOS PODEM CONTAMINAR O SOLO, AS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS, IMPACTANDO NEGATIVAMENTE A BIODIVERSIDADE E A QUALIDADE AMBIENTAL.
- O DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS DE PINTURA, COMO LATAS DE TINTAS USADAS E SOLVENTES, PODE LEVAR À CONTAMINAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA. PRODUTOS QUÍMICOS PRESENTES EM TINTAS E SOLVENTES PODEM INFILTRAR-SE NO SOLO E ATINGIR CORPOS D'ÁGUA, AFETANDO A VIDA AQUÁTICA E A SAÚDE HUMANA.

PARA MITIGAR ESSES IMPACTOS AMBIENTAIS, SÃO NECESSÁRIAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DURANTE TODAS AS FASES DO SERVIÇO DE PINTURA, DESDE A SELEÇÃO DE MATERIAIS E TÉCNICAS DE APLICAÇÃO ATÉ O GERENCIAMENTO ADEQUADO DE RESÍDUOS E O USO EFICIENTE DE RECURSOS. O USO DE TINTAS DE BAIXA EMISSÃO DE VOCs, A REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO DE MATERIAIS, A REUTILIZAÇÃO DE EMBALAGENS E A DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS SÃO ALGUMAS DAS MEDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS PARA MINIMIZAR O IMPACTO AMBIENTAL ASSOCIADO À PINTURA EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS.

O OBJETIVO É A EFETIVA APLICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- EFETUAR O DESCARTE DE MATERIAIS EM OBSERVÂNCIA À POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL ADOTADA PELO ÓRGÃO.
- OBEDECER ÀS NORMAS TÉCNICAS, DE SAÚDE, HIGIENE E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, DE ACORDO COM AS NORMAS DO MTE.
- RACIONALIZAR O USO DE SUBSTÂNCIAS POTENCIALMENTE TÓXICAS OU POLUENTES, INFORMANDO, SE FOR O CASO, O TRATAMENTO ADOTADO PARA O RECOLHIMENTO DOS RESÍDUOS;
- SUBSTITUIR AS SUBSTÂNCIAS TÓXICAS POR OUTRAS ATÓXICAS OU DE MENOR TOXIDADE;
- SEPARAR E ACONDICIONAR EM RECIPIENTES ADEQUADOS PARA DESTINAÇÃO ESPECÍFICA OS RESÍDUOS DE OBRAS, SEPARANDO O QUE PODE SER REAPROVEITADO E RECICLADO, DEMONSTRANDO OS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA RECOLHIMENTO ADEQUADO DOS MATERIAIS;
- PRIORIZAR O EMPREGO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, TECNOLOGIAS E MATÉRIAS-PRIMAS DE ORIGEM LOCAL NA EXECUÇÃO LOCAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;
- PROVIDENCIAR O RECOLHIMENTO DOS MATERIAIS INSERVÍVEIS E DOS RECIPIENTES DE TINTAS, VERNIZES, ÓLEOS E SOLVENTES ORIGINÁRIOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, PARA POSTERIOR REPASSE ÀS EMPRESAS INDUSTRIALIZADORAS, RESPONSÁVEIS PELA RECICLAGEM OU REAPROVEITAMENTO DOS MESMOS, OU DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA, DEMONSTRANDO OS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA O RECOLHIMENTO ADEQUADO DOS MATERIAIS;
- OS MATERIAIS EMPREGADOS PELA CONTRATADA DEVERÃO ATENDER A MELHOR RELAÇÃO ENTRE CUSTOS E BENEFÍCIOS, CONSIDERANDO-SE OS IMPACTOS AMBIENTAIS, POSITIVOS E NEGATIVOS, ASSOCIAÇÃO AO PRODUTO;

- A QUALQUER TEMPO A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR À CONTRATADA A APRESENTAÇÃO DE RELAÇÃO COM A MARCAS E FABRICANTES DOS PRODUTOS E MATERIAIS UTILIZADOS QUE DEVEM SER OS MESMOS INSTALADOS NOS EDIFÍCIOS, PODENDO VIR A SOLICITAR A SUBSTITUIÇÃO DE QUAISQUER ITENS POR OUTROS, COM A MESMA FINALIDADE, CONSIDERADOS MAIS ADEQUADOS DO PONTO DE VISTA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE / POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

COM BASE NA ANÁLISE REALIZADA, ATESTA-SE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE PINTURA NOS EDIFÍCIOS DO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E DA POLICLÍNICA, CONFORME ESPECIFICADO NO PROJETO EXECUTIVO ELABORADO PELOS ARQUITETOS MUNICIPAIS E ORÇADO CONFORME TABELA DE PREÇOS REFERENCIA SINAPI.

APÓS ANÁLISE DETALHADA DO PROJETO, LEVANTAMENTO IN LOCO E CONSIDERAÇÃO DOS REQUISITOS TÉCNICOS E NORMATIVOS, CONCLUÍMOS QUE A CONTRATAÇÃO É TECNICAMENTE VIÁVEL E NECESSÁRIA PARA A MELHORIA DA ESTÉTICA, CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL E FUNCIONALIDADE DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS MENCIONADOS.

A CONTRATAÇÃO DESTE SERVIÇO VISA NÃO APENAS ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, MAS TAMBÉM PROMOVER A SEGURANÇA, O CONFORTO E O BEM-ESTAR DOS USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DESSAS INSTALAÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA.

A CONTRATAÇÃO SERÁ CONDUZIDA DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, OBSERVANDO OS CRITÉRIOS DE TRANSPARÊNCIA, ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

PORTANTO, RECOMENDAMOS A REALIZAÇÃO DESTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PARA GARANTIR A ADEQUADA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PINTURA, VISANDO ALCANÇAR OS RESULTADOS ESPERADOS DE FORMA EFICAZ E DENTRO DOS PADRÕES DE QUALIDADE ESTABELECIDOS.

O PREGÃO PRESENCIAL PERMITE INIBIR A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS INSUSTENTÁVEIS QUE ATRASARIAM OS PROCEDIMENTOS DA MODALIDADE ELETRÔNICA E AUMENTARIAM SEUS CUSTOS. A POSSIBILIDADE DE ESCLARECIMENTOS IMEDIATOS DURANTE O PREGÃO PRESENCIAL E FACILIDADE NA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS, A VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E EXECUÇÃO DA PROPOSTA TAMBÉM SÃO BENEFÍCIOS DO PREGÃO PRESENCIAL.

A OPÇÃO PELA MODALIDADE PRESENCIAL DO PREGÃO NÃO PRODUZ ALTERAÇÃO NO RESULTADO FINAL DO CERTAME, PELO CONTRÁRIO, PERMITE MAIOR REDUÇÃO DE PREÇOS EM VISTA DA INTERAÇÃO DO PREGOEIRO COM OS LICITANTES.

15 – RESPONSÁVEIS

QUILOMBO/SC, xx DE ABRIL DE 2024.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 22/2024

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC.

2 – ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVERÁ SER EXECUTADO CONFORME PROJETOS ANEXOS E MEMORIAL DESCRITIVO FORNECIDO PELO SETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DO MUNICÍPIO.

ESCOPO DOS SERVIÇOS:

- PREPARAÇÃO DAS SUPERFÍCIES A SEREM PINTADAS, INCLUINDO LIMPEZA, REMOÇÃO DE IMPERFEIÇÕES, E APLICAÇÃO DE PRIMER, SE NECESSÁRIO.
- PINTURA DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS CONFORME DEFINIDO EM PLANTA BAIXA OU PROJETO SIMILAR, INCLUINDO PAREDES, BEIRAIS, DETALHES DE PORTAS E JANELAS, E DEMAIS SUPERFÍCIES INDICADAS.
- UTILIZAÇÃO DE TINTAS DE QUALIDADE ADEQUADA PARA AMBIENTES DE SAÚDE, COM RESISTÊNCIA À UMIDADE, FUNGOS, BACTÉRIAS, E DE FÁCIL LIMPEZA.
- EXECUÇÃO DE NO MÍNIMO DUAS DEMÃOS DE TINTA PARA GARANTIR COBERTURA UNIFORME E DURABILIDADE DO ACABAMENTO.
- PROTEÇÃO DE ÁREAS ADJACENTES E MOBILIÁRIO DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA EVITAR DANOS OU SUJIDADES.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- AS TINTAS UTILIZADAS DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS PERTINENTES, GARANTINDO SEGURANÇA E DURABILIDADE.
- A MÃO DE OBRA EMPREGADA DEVE POSSUIR EXPERIÊNCIA COMPROVADA EM SERVIÇOS DE PINTURA, COM CONHECIMENTO DAS TÉCNICAS ADEQUADAS PARA CADA TIPO DE SUPERFÍCIE.
- TODOS OS MATERIAIS UTILIZADOS DEVEM SER DE PRIMEIRA QUALIDADE, PROPORCIONANDO ACABAMENTO ESTÉTICO E DURADOURO.

PRAZOS E CRONOGRAMA:

- CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO FORNECIDO PELO SETOR DE ENGENHARIA RESPEITANDO A ETAPA 01, O PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DA ORDEM DE SERVIÇOS.

GARANTIAS:

- A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PERÍODO DE UM ANO, DURANTE O QUAL SE COMPROMETE A REALIZAR EVENTUAIS CORREÇÕES NECESSÁRIAS SEM CUSTO ADICIONAL, CONFORME NBR 15.575/2013 E NBR 17170/2022.

PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- O PREÇO TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, É DE R\$ 53.641,80.

- O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO EM UMA PARCELA ÚNICA AO FIM DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO, APÓS FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO REALIZADA PELA SECRETARIA RESPONSÁVEL E/OU FISCAL DESIGNADO PELO SERVIÇO.

3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE PINTURA VISA ATENDER O PRÉDIO DA SEDE DO POSTO DE SAÚDE E POLICLÍNICA, NA MANUTENÇÃO DA SUA ESTRUTURA PREDIAL VISANDO DEIXÁ-LA ADEQUADA E CONSERVADA. DEVIDO AO FATO DE QUE AS INTEMPÉRIES E A PRÓPRIA LIMPEZA DOS AMBIENTES CONTRIBUEM NA ALTERAÇÃO E DANIFICAÇÃO DA PINTURA EXISTENTE - CONTRIBUINDO PARA A EXISTÊNCIA DE COLORAÇÃO, MANCHAS E OUTROS DEFEITOS – FAZ-SE NECESSÁRIA E INEVITÁVEL A MANUTENÇÃO CONSTANTE DOS LOCAIS AFETADOS/ALTERADOS.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

É DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO REALIZAR MANUTENÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS COM FINALIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA DO IMÓVEL BEM COMO CONSERVÁ-LO, CONTRIBUINDO PARA A CONSERVAÇÃO DO BEM, TORNANDO O AMBIENTE MAIS AGRADÁVEL E MELHOR SINALIZADO, PROPORCIONANDO BEM-ESTAR ÀS PESSOAS QUE ALI FREQUENTAM, TRABALHAM OU TRANSITAM.

A REFERIDA SOLICITAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE SERVIÇO DE PINTURA E QUANDO NECESSÁRIA APLICAÇÃO DE TEXTURA EM PAREDES EXTERNAS, DETALHES DE JANELAS E BEIRAIS. OS SERVIÇOS TERÃO A INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA CONTRATANTE.

O VALOR A SER PAGO PELO SERVIÇO DE PINTURA TEVE COMO REFERÊNCIA O SERVIÇO DE PINTURA CONTIDOS NA TABELA SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, APLICADOS OS DESCONTOS OBTIDOS ATRAVÉS DE DISPUTA NA LICITAÇÃO. A QUANTIDADE A SER CONTRATADA ESTÁ REFERENCIADA NO PROJETO EXECUTIVO E TEVE COMO SUPERVISOR PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA O MESMO.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

PARA FAZER A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA NOS LOCAIS MENCIONADOS, DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS:

A EMPRESA INTERESSADA DEVE APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, OU SEJA, ESTAR EM DIA COM O PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

ALÉM DISSO, É NECESSÁRIO COMPROVAR A REGULARIDADE TRABALHISTA, DEMONSTRANDO ESTAR EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS.

A EMPRESA DEVE DEMONSTRAR TER CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA REALIZAR OS SERVIÇOS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE QUALIDADE E A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS ADEQUADAS DE PINTURA.

A EMPRESA DEVE OFERECER GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS, ASSEGURANDO QUE ESTARÁ DISPONÍVEL PARA REALIZAR EVENTUAIS CORREÇÕES OU REPAROS NECESSÁRIOS DURANTE O PERÍODO ESTIPULADO NO CONTRATO.

A EMPRESA DEVE COMPROVAR TER CAPACIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS PROPOSTOS, GARANTINDO ASSIM A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DOS TRABALHOS.

A EMPRESA DEVE GARANTIR QUE OS MATERIAIS UTILIZADOS E OS SERVIÇOS PRESTADOS ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS IGUAIS OU EQUIVALENTES AS ESTABELECIDAS NO MEMORIAL DESCRITIVO E ESTAR EM ACORDO COM AS NORMAS NBR 13245/2011, 15079/2011 E 15575/2013.

6 – MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

ENTREGA IMEDIATA, SENDO QUE A EXECUÇÃO DO OBJETO DEVERÁ SER DE **ATÉ 30 (TRINTA) DIAS** A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO PELAS PARTES E ORDEM DE SERVIÇO.

7 – MODO DE GESTÃO

A GESTÃO DO CONTRATO DEVERÁ SER REALIZADA PELO SECRETARIO MUNICIPAL DA SAÚDE, SR. NÉDIO LUIZ CONCI E SUA FISCALIZAÇÃO SERÁ ATRAVÉS DE UM FISCAL PARA A SEDE DO POSTO DE SAÚDE, SR. ADRIANO JOÃO BOARETTO E OUTRO FISCAL PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL, SR. VALDECIR LORENZI DAL PONT, INDICADOS PELO GESTOR.

APÓS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA, OS FISCAIS DE CONTRATO DEVEM REALIZAR UMA INSPEÇÃO MINUCIOSA PARA VERIFICAR SE OS SERVIÇOS FORAM EXECUTADOS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO CONTRATO. CASO HAJA ALGUM PROBLEMA OU NÃO CONFORMIDADE, A CONTRATADA DEVERÁ SER NOTIFICADA PARA REALIZAR AS CORREÇÕES NECESSÁRIAS.

DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OS FISCAIS DE CONTRATO DEVEM REGISTRAR TODAS AS OCORRÊNCIAS RELEVANTES, INCLUINDO EVENTUAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS, SOLICITAÇÕES DE CORREÇÃO, PRAZOS NÃO CUMPRIDOS, ENTRE OUTROS. ESSES REGISTROS SERVIRÃO COMO BASE PARA EVENTUAIS MEDIDAS CORRETIVAS E PARA A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA CONTRATADA.

APÓS A APROVAÇÃO DA PINTURA PELOS FISCAIS DE CONTRATO, A CONTRATANTE PODERÁ PROCEDER COM A APROVAÇÃO FINAL E O PAGAMENTO À CONTRATADA. É IMPORTANTE GARANTIR QUE TODOS OS SERVIÇOS TENHAM SIDO DEVIDAMENTE EXECUTADOS E QUE A QUALIDADE ESTEJA DE ACORDO COM AS EXPECTATIVAS ANTES DE AUTORIZAR O PAGAMENTO.

8 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO EM UMA PARCELA ÚNICA AO FIM DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO, APÓS FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO REALIZADA PELA SECRETARIA RESPONSÁVEL E/OU FISCAL DESIGNADO PELO SERVIÇO.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

DEVERÁ SER CONFORME EXIGIDO NA LEI 14.133/21, MENOR PREÇO PROPOSTO, E A PROPOSTA QUE DESCUMPRIR COM O ESTABELECIDO NO EDITAL, ASSIM COMO VALORES ACIMA DO PREÇO MÁXIMO ESTIPULADO SERÃO DESCLASSIFICADAS.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE	UNIT	PREÇO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, CONFORME PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL ANEXO.	SERV	1	R\$ 53.641,80	R\$ 53.641,80
				TOTAL	R\$ 53.641,80

1 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto Atividade	Descrição do Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Código de Despesa Reduzido	Condição de Pagamento/Parcela	Valor Total do Contrato
2.070	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DA SAÚDE/FMS	44.90.51.07	68/2755	Parcela Única	R\$ 53.641,80

12 – INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA

A EXECUÇÃO E ENTREGA DEVERÁ SER REALIZADA NO POSTO DE SAÚDE SEDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE QUILOMBO.

13 – ESPECIFICAÇÕES DE GARANTIA

A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ FORNECER GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, DURANTE O QUAL SE COMPROMETE A REALIZAR EVENTUAIS CORREÇÕES NECESSÁRIAS SEM CUSTO ADICIONAL, CONFORME NBR 15.575/2013 E NBR 17170/2022.

14 - RESPONSÁVEIS

GESTOR DO CONTRATO: NEDIO LUIZ CONCI.
FISCAIS DE CONTRATO: ADRIANO JOÃO BOARETTO E VALDECIR LORENZI DAL PONT.

QUILOMBO/SC, XX DE ABRIL DE 2024.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O CERTAME E/OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A empresa _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);
Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);
- h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro

internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO LC 123/2006

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024**

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº ___, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

ANEXO V – PROPOSTA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024****PROPOSTA**

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - SEDE E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, CONFORME PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL ANEXO.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE	UNIT	PREÇO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, CONFORME PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL ANEXO.	SERV	1		
				TOTAL	

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA:

I - Nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

II - Nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021, que na execução do objeto respeitará, especialmente, as normas relativas a:

a) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

b) Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VI – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024**

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____,

DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2024 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024

O signatário da presente, em nome da proponente , CNPJ , DECLARA:

- Inexistência de impedimentos/restrições para participação em licitação, estando ciente da necessidade de informar imediatamente o surgimento de qualquer restrição, sob pena de incorrer no art. 337-M³ do Código Penal;
- Teve acesso à íntegra do edital e todos os seus anexos;
- Tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação);
- Conforme art. 62 da Lei Federal n. 14.133/21, § 1º e Constituição Federal art. 7º inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
DECLARO mais, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no artigo 299⁴ do Código Penal, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(LOCAL), (DATA).

(nome completo do representante ou proprietário da empresa + nº do CPF)(assinatura)

³ Código Penal, Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021) Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021) Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

⁴ Código Penal, Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ANEXO IX – CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2024 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00/2024

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE QUILOMBO/SC**, inscrito no CNPJ: 13.886.006/0001-50, com sede à Rua Joaçaba, s/n, Centro, Quilombo/SC, CEP: 89.850-000, doravante denominado de CONTRATANTE e do outro lado, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ, com sede em (ENDEREÇOCOMPLETO), representada neste ato por, (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), inscrito(a) no RG e no CPF, denominada de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 03/2024, PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2024, homologado em ___/___/___, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Municipal n. 001/2024, Lei Complementar Municipal nº 131/2017 e Edital e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS ([art. 92, I](#))

1.1. O objeto deste contrato é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, A SER REALIZADO NA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE - SEDE E NA POLICLÍNICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, CONFORME PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL ANEXO**, conforme Edital de Pregão presencial nº 01/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR ([art. 92, II](#))

2.1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 03/2024, Pregão Presencial nº 01/2024, homologado em 00/00/2024 e à proposta vencedora XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/2021](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO ([art. 92, IV](#))

4.1. O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime Execução: Indireta.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, (art. 92, V)

5.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ _____ (_____).

5.2. Fica expressamente estabelecido que os preços estipulados neste contrato se constituem na única remuneração devida e já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.3. O pagamento será efetuado através de depósito na conta do fornecedor, sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, conforme medição realizada pelo Setor de Engenharia do Município (a solicitação de medição deve ser protocolada na Prefeitura ou via e-mail oficial, tendo a fiscalização prazo máximo de até 30 dias, a partir da solicitação protocolada, para elaborar boletim de medição constatando os serviços realizados), bem como mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do material e mão de obra, devidamente recebida e aceita pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO.

- a) Nota fiscal eletrônica, de acordo com o Decreto Estadual n. 413/2011, devidamente recebida e aceita pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO;
- b) Certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista, válidas no momento do pagamento.

5.4. A nota fiscal/fatura será emitida pelo CONTRATADO constando as seguintes informações:

- **Processo Licitatório n. 3/2024 – Pregão Presencial n.01/2024.**
- Dados bancários do CONTRATADO.

5.4.1. Sobre o valor pago ao ME/EPP, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- c) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal n. 123/2003;
- d) Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n. 125/ 2017.

5.4.2. Sobre o valor pago ao CONTRATADO, a título de Imposto Renda, será feita a retenção conforme Decreto Municipal n. 302/2023.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PRAZOS DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A vigência do contrato será de __/__/2024 á __/__/2024.

6.1.1. Os prazos do contrato e da execução do objeto deverão obedecer ao cronograma global do projeto anexo, ou seja, será de até **30 (trinta)** dias, obedecendo o cronograma físico-financeiro, a contar da expedição da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1) O objeto será recebido (art. 140, I da Lei nº 14.133/2021):

- I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.1) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

7.1.2) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

7.1.3) Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal 001/2024 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

7.1.4) Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

Conforme Art. 37 do decreto municipal 001/2024, os prazos para recebimento provisório e definitivo serão:

II - Obras e Serviços de Engenharia: o recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, caso o contratado tenha cumprido eventuais apontamentos no recebimento provisório, ou no novo prazo se o fiscal/responsável pelo recebimento estabelecer para o cumprimento total dos apontamentos realizados no recebimento provisório bem como, por novos apontamentos que por ventura possam surgir até o recebimento definitivo.

7.1.5) Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

7.1.6) O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA: DA FONTE DO RECURSO

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cujas fontes de recursos tem a seguinte classificação:

Projeto Atividade	Descrição do Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Código de Despesa Reduzido	Condição de Pagamento/Parcela	Valor Total do Contrato
2.070	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS DA SAÚDE/FMS	44.90.51.07	68/2755	Parcela Única	R\$ 53.641,80

CLÁUSULA NONA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, ([art. 92, XIV](#))

9.1. Obrigações do CONTRATADO:

f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou

em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- g) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- h) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- i) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no edital;
- j) As obrigações não descritas no edital, se encontram no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo ao edital.

9.2. Obrigações do CONTRATANTE:

- g) Fiscalizar permanentemente o objeto contratado;
- h) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- i) Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;
- j) Zelar pela boa qualidade do objeto;
- k) Incentivar a competitividade;
- l) As obrigações não descritas no edital, se encontram no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo ao edital.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão do contrato assim como a conferência do recebimento dos serviços realizados será pelo gestor atual o Secretário Solicitante, Sr. Nédio Luiz Conci, Secretário de Saúde.

10.2. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Adriano João Boaretto para a Unidade de Saúde Sede e pelo servidor Valdecir Lorenzi Dal Pont para a Policlínica Municipal. O recebimento do objeto será realizado após a aprovação dos gestores e fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

11.1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

12.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

12.4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

12.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO (art. 92, § 1º)

13.1. As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Quilombo/SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

14.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

14.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

14.2.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

14.2.2. O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

14.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

14.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

14.5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 132/2022, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

14.6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

14.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

14.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

14.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

14.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

14.10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

14.11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

14.12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

14.13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14.14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

14.15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

14.16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

15.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Página do Município de Quilombo (www.quilombo.sc.gov.br);

II - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

(LOCAL), (DATA).

<hr/> Secretário Municipal de Sapude CONTRATANTE	<hr/> XXX CONTRATADO
1ª Testemunha Nome:	2ª Testemunha Nome: